

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.907.799/0001-92  
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A. | CEMIG



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$32.732 mil em 2016 em comparação a R\$13.722 mil em 2015, representando um crescimento de 138,54%. Este resultado decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda.

#### Receita Operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 473.204 MWh durante o exercício de 2016 (471.897 MWh em 2015). O fornecimento bruto auferido foi de R\$94.409 mil (R\$85.295 mil em 2015).

#### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$21.962 mil em 2016 (R\$41.877 mil em 2015).

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou o montante de R\$14.481 mil, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 29,91% do lucro antes da tributação. Comparativamente ao mesmo período em 2015, a Companhia apurou o montante de R\$5.392 mil, representando 28,21% do lucro antes da tributação.

#### Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2016, o LAJIDA foi de R\$48.832 mil (R\$21.847 mil em 2015) e a Margem do LAJIDA foi de 90,33% em 2016 (37,54% em 2015), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

	2016	2015	Var.%
Resultado Líquido	32.732	13.722	138,54
+ Despesa de IR e CS	14.481	5.392	168,56
- Resultado Financeiro	(3.923)	(2.794)	40,41
+ Depreciação	5.542	5.527	0,27
<b>LAJIDA</b>	<b>48.832</b>	<b>21.847</b>	<b>123,52</b>

LAJIDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado

padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da operação.

### PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$32.732 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.053 mil referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

### BALANÇO SOCIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016			2015		
	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
<b>1) Base de Cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)	65.252			58.197		
Resultado Operacional (RO)	47.213			19.114		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.845			1.500		
	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>
<b>2) Indicadores Sociais Internos</b>						
Alimentação	124	6,72	0,19	113	7,53	0,19
Encargos sociais compulsórios	398	21,57	0,61	268	17,87	0,46
Previdência privada	76	4,12	0,12	45	3,00	0,08
Saúde	91	4,93	0,14	72	4,80	0,12
Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	38,5	2,57	0,07
Total - Indicadores Sociais Internos	689	37,34	1,06	536,5	35,77	0,92
	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>
<b>3) Indicadores Sociais Externos</b>						
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	259	0,55	0,40	113	0,59	0,19
Total das Contribuições para a Sociedade	259	0,55	0,40	113	0,59	0,19
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.485	26,44	19,13	5.392	28,21	9,27
Total - Indicadores Sociais Externos	12.744	26,99	19,53	5.505	28,80	9,46
	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>
<b>4) Indicadores Ambientais</b>						
Relacionados com a operação da empresa	135	0,29	0,21	103	0,54	0,18
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	135	0,29	0,21	103	0,54	0,18
	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor (Mil R\$)</b>	<b>% Sobre RO</b>	<b>% Sobre RL</b>
<b>5) Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados no final do período			12			12
Nº de admissões durante o período			-			-
Nº de estagiários			-			-
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			-			-
- 2º Grau			11			11
- 1º Grau			1			1
- Até 1º Grau incompleto			-			-
Nº de empregados acima de 45 anos			12			10
Nº de mulheres que trabalham na empresa			-			-
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			-			-
Nº de negros que trabalham na empresa			10			10
% de cargos de chefia ocupados por negros			-			-

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2015		01/01/2015	PASSIVO	Nota	2015		01/01/2015
		2016	Reapresentado				2016	Reapresentado	
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	14.103	1.254	6.935	Fornecedores	9	8.814	7.670	8.663
Títulos e Valores Mobiliários	4	13.635	6.007	15.751	Obrigações Sociais e Trabalhistas		588	729	634
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	6.378	5.774	5.517	Tributos	11	14.461	4.687	4.020
Tributos Compensáveis	7	81	60	65	Juros sobre Capital Próprio	18	3.328	2.464	18.017
Serviços em Curso		1.040	992	-	Encargos Setoriais	13	3.446	2.946	906
Despesas Pagas Antecipadamente		59	2	4	Outras Obrigações		46	34	3
Outros Créditos		21	15	16	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>30.683</b>	<b>18.530</b>	<b>32.243</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>35.317</b>	<b>14.104</b>	<b>28.288</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Tributos	11	3.015	3.015	3.015
Títulos e Valores Mobiliários	4	612	119	270	Encargos Setoriais	13	2.298	3.504	4.389
Tributos Compensáveis	7	-	76	544	Imposto de Renda e Contribuição Social	12	21.993	23.007	24.123
Depósitos Judiciais	6	4.448	3.896	3.896	Outras Obrigações		29	29	29
Imobilizado	8	124.721	129.289	133.564	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>27.335</b>	<b>29.555</b>	<b>31.556</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>129.781</b>	<b>133.380</b>	<b>138.274</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>58.018</b>	<b>48.085</b>	<b>63.799</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>165.098</b>	<b>147.484</b>	<b>166.562</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14			
					Capital Social		36.833	36.833	36.833
					Reservas de Lucros		25.998	16.264	17.554
					Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial		44.249	46.302	48.376
					<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>107.080</b>	<b>99.399</b>	<b>102.763</b>
					<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>165.098</b>	<b>147.484</b>	<b>166.562</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015 (Reapresentado)</b>	<b>36.833</b>	<b>48.376</b>	<b>7.367</b>	<b>10.187</b>	-	<b>102.763</b>
Dividendos Adicionais Propostos de 2014 (R\$28,20 por lote de mil ações)	-	-	-	(10.187)	-	(10.187)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	-	13.722	13.722
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	(2.074)	-	-	2.074	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$8,03 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(2.899)	(2.899)
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Dividendos Adicionais Propostos (R\$24,63 por lote de mil ações)	-	-	-	8.897	(8.897)	-
Dividendos Intermediários (R\$11,07 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Reapresentado)</b>	<b>36.833</b>	<b>46.302</b>	<b>7.367</b>	<b>8.897</b>	-	<b>99.399</b>
Dividendos Adicionais Propostos de 2015 (R\$24,63 por lote de mil ações)	-	-	-	(8.897)	-	(8.897)
<b>Resultado do Exercício</b>					32.732	32.732
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	(2.053)	-	-	2.053	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$10,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(3.915)	(3.915)
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Dividendos Adicionais Propostos (R\$51,60 por lote de mil ações)	-	-	-	18.631	(18.631)	-
Dividendos Intermediários (R\$33,88 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(12.239)	(12.239)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>36.833</b>	<b>44.249</b>	<b>7.367</b>	<b>18.631</b>	-	<b>107.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.907.799/0001-92  
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A.



**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de Reais, exceto Resultado por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015
RECEITAS	15	65.252	58.197
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.091)	(30.970)
		<b>(8.091)</b>	<b>(30.970)</b>
<b>CUSTOS DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	16a	(1.845)	(1.501)
Serviços de Terceiros	16b	(5.091)	(2.939)
Depreciação		(5.542)	(5.527)
Seguros		(57)	(47)
Materiais		(514)	(368)
		<b>(13.049)</b>	<b>(10.382)</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>(21.140)</b>	<b>(41.352)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>44.112</b>	<b>16.845</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>			
Despesas Gerais e Administrativas		(382)	(300)
Outras Despesas Operacionais		(440)	(225)
	<b>16</b>	<b>(822)</b>	<b>(525)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>43.290</b>	<b>16.320</b>
Receitas Financeiras	17	4.014	2.966
Despesas Financeiras	17	(91)	(172)
		<b>3.923</b>	<b>2.794</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>47.213</b>	<b>19.114</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12	(15.495)	(6.508)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	1.014	1.116
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>32.732</b>	<b>13.722</b>
<b>RESULTADO POR LOTE DE MILAÇÕES</b>		<b>90,60</b>	<b>37,99</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	32.732	13.722
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação	5.542	5.527
Impostos sobre o Lucro	14.481	5.392
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	(3.636)	(3.035)
	49.119	21.606
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(604)	(257)
Tributos Compensáveis	55	473
Serviços em Curso	(48)	(992)
Despesas Pagas Antecipadamente	(57)	2
Outros Créditos	(6)	1
Tributos Diferidos	1.014	1.070
Depósito judicial	(552)	
	(198)	297
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	1.144	(993)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(141)	(5)
Tributos	6.710	(1.569)
Encargos Setoriais	(706)	1.155
Outras Obrigações	12	131
	7.019	(1.281)
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(14.032)	(5.342)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>41.908</b>	<b>15.280</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	(4.485)	12.930
Imobilizado	(974)	(1.252)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(5.459)</b>	<b>11.678</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(23.600)	(32.639)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(23.600)</b>	<b>(32.639)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>12.849</b>	<b>(5.681)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	1.254	6.935
No fim do exercício	14.103	1.254
	<b>12.849</b>	<b>(5.681)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	32.732	13.722
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>32.732</b>	<b>13.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sá Carvalho S.A. ("Companhia" ou "Sá Carvalho"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais.

A Companhia é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). Em 15 de dezembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo – Minas Gerais.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, a qual foi concedida em 1º de dezembro de 1994, com validade até 1º de dezembro de 2024.

A Companhia mantém convênios com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") para serviços de gestão e consultoria.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1. Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**2.2. Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias;
- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 14 – Receita Não Faturada; e
- Nota 17 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

**2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia**

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

**2.7. Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

**a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

**b) Imobilizado**

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

**c) Redução ao valor recuperável**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**d) Receita**

As receitas de fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**e) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

**f) Juros sobre o capital próprio**

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Financeiras como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

**g) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

2.8. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme as orientações do CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu à alteração no saldo líquido do ativo imobilizado e no saldo da reserva de ajuste de avaliação patrimonial correspondente, em função de erro na apuração da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial de ativo imobilizado com base no custo atribuído, anteriores a 01 de janeiro de 2015.

Essas alterações não provocaram efeitos no lucro líquido, na Demonstração de Resultados Abrangentes e Demonstração de Fluxos de Caixa.

Os efeitos das alterações mencionadas estão apresentados conforme abaixo:

Balanco Patrimonial - Ativo	2015	Ajustes	2015 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.254	-	1.254
Títulos e Valores Mobiliários	6.007	-	6.007
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	5.774	-	5.774
Tributos Compensáveis	60	-	60
Serviços em Curso	992	-	992
Despesas Pagas Antecipadamente	2	-	2
Outros Créditos	15	-	15
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>14.104</b>	-	<b>14.104</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	119	-	119
Tributos Compensáveis	76	-	76
Depósitos Judiciais	3.896	-	3.896
Imobilizado	134.632	(5.343)	129.289
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>138.723</b>	<b>(5.343)</b>	<b>133.380</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>152.827</b>	<b>(5.343)</b>	<b>147.484</b>

Balanco Patrimonial - Ativo	01/01/2015	Ajustes	01/01/2015 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.935	-	6.935
Títulos e Valores Mobiliários	15.751	-	15.751
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	5.517	-	5.517
Tributos Compensáveis	65	-	65
Despesas Pagas Antecipadamente	4	-	4
Outros Créditos	16	-	16
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>28.288</b>	-	<b>28.288</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	270	-	270
Tributos Compensáveis	544	-	544
Depósitos Judiciais	3.896	-	3.896
Imobilizado	138.907	(5.343)	133.564
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>143.617</b>	<b>(5.343)</b>	<b>138.274</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>171.905</b>	<b>(5.343)</b>	<b>166.562</b>

Balanco Patrimonial - Passivo	2015	Ajustes	2015 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	7.670	-	7.670
Obrigações Sociais e Trabalhistas	729	-	729
Tributos	4.687	-	4.687
Juros sobre Capital Próprio	2.464	-	2.464
Encargos Setoriais	2.946	-	2.946
Outras Obrigações	34	-	34
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>18.530</b>	-	<b>18.530</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos	3.015	-	3.015
Encargos Setoriais	3.504	-	3.504
Tributos Diferidos	24.823	(1.816)	23.007
Outras Obrigações	29	-	29
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>31.371</b>	<b>(1.816)</b>	<b>29.555</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>49.901</b>	<b>(1.816)</b>	<b>48.085</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	Ajustes	2015 Reapresentado
Capital Social	36.833	-	36.833
Reservas de Lucros	16.264	-	16.264
Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial	49.829	(3.527)	46.302
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>102.926</b>	<b>(3.527)</b>	<b>99.399</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>152.827</b>	<b>(5.343)</b>	<b>147.484</b>

Balanco Patrimonial - Passivo	01/01/2015	Ajustes	01/01/2015 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8.663	-	8.663
Obrigações Sociais e Trabalhistas	634	-	634
Tributos	4.020	-	4.020
Juros sobre Capital Próprio	18.017	-	18.017
Encargos Setoriais	906	-	906
Outras Obrigações	3	-	3
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>32.243</b>	-	<b>32.243</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos	3.015	-	3.015
Encargos Setoriais	4.389	-	4.389
Tributos Diferidos	25.939	(1.816)	24.123
Outras Obrigações	29	-	29
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>33.371</b>	<b>(1.816)</b>	<b>31.556</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>65.615</b>	<b>(1.816)</b>	<b>63.799</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	36.833	-	36.833
Reservas de Lucros	17.554	-	17.554
Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial	51.903	(3.527)	48.376
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>106.290</b>	<b>(3.527)</b>	<b>102.763</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>171.905</b>	<b>(5.343)</b>	<b>166.562</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	2015	Ajustes	2015 Reapresentado
Capital Social	36.833	-	36.833
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.829	(3.527)	46.302
Reservas de Lucros	16.264	-	16.264
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>102.926</b>	<b>(3.527)</b>	<b>99.399</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	01/01/2015	Ajustes	01/01/2015 Reapresentado
Capital Social	36.833	-	36.833
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	51.903	(3.527)	48.376
Reservas de Lucros	17.554	-	17.554
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>106.290</b>	<b>(3.527)</b>	<b>102.763</b>

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015	01/01/2015
Bancos conta movimento	7.898	36	110
Aplicações financeiras	-	-	-
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs	1.291	303	5.961
Overnight	4.914	915	864
<b>TOTAL</b>	<b>14.103</b>	<b>1.254</b>	<b>6.935</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que variou entre 50,0% e 105,25% em 2016 (entre 100,5% e 108% em 2015) conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 13,64% (entre 14,13% e 14,14% em 2015), e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015	01/01/2015
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	435	997	3.639
Letras Financeiras Bancos - LFs	9.858	3.347	9.185
Debêntures	1.391	1.125	1.614
Letras financeiras do Tesouro - LFTs	2.563	656	1.375
Outros	-	1	208
<b>TOTAL</b>	<b>14.247</b>	<b>6.126</b>	<b>16.021</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.635</b>	<b>6.007</b>	<b>15.751</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>612</b>	<b>119</b>	<b>270</b>

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2016			2015 Reapresentado			01/01/2015 Reapresentado		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>										
Terenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações	2,14%	12.806	(4.338)	8.468	12.806	(4.068)	8.738	12.802	(3.798)	9.004
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,39%	104.649	(40.488)	64.161	104.649	(37.984)	66.665	104.487	(35.486)	69.001
Máquinas e Equipamentos	3,04%	91.378	(41.374)	50.004	90.767	(38.607)	52.160	87.875	(35.849)	52.026
Móveis Utensílios	6,25%	27	(11)	16	27	(10)	17	27	(9)	18
	<b>2,68%</b>	<b>208.860</b>	<b>(86.211)</b>	<b>122.649</b>	<b>208.249</b>	<b>(80.669)</b>	<b>127.580</b>	<b>205.191</b>	<b>(75.142)</b>	<b>130.049</b>
<b>Em Curso</b>		<b>2.072</b>	<b>-</b>	<b>2.072</b>	<b>1.709</b>	<b>-</b>	<b>1.709</b>	<b>3.515</b>	<b>-</b>	<b>3.515</b>
<b>Total</b>		<b>210.932</b>	<b>(86.211)</b>	<b>124.721</b>	<b>209.958</b>	<b>(80.669)</b>	<b>129.289</b>	<b>208.706</b>	<b>(75.142)</b>	<b>133.564</b>
A movimentação do imobilizado é como segue:										
<b>Em Serviço</b>										
Terenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações		8.738	-	-	-	-	-	(270)	-	8.468
Reservatórios, Barragens e Adutoras		66.665	-	-	-	-	-	(2.504)	-	64.161
Máquinas e Equipamentos		52.160	-	611	-	-	-	(2.767)	-	50.004
Móveis Utensílios		17	-	-	-	-	-	(1)	-	16
		<b>127.580</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	<b>(5.542)</b>	<b>-</b>	<b>122.649</b>
<b>Em Curso</b>		<b>1.709</b>	<b>974</b>	<b>974</b>	<b>(611)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.072</b>
<b>Total</b>		<b>129.289</b>	<b>974</b>	<b>974</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.542)</b>	<b>-</b>	<b>124.721</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual no exercício de 2016 foi de 2,68% (2,70% em 2015).

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,5% a 105,25% em 2016 (entre 75% e 105% em 2015) conforme operação.

As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% e 112,7% em 2016 (entre 105% e 116,7% em 2015) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo - FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% e 113% (entre 105,4% e 113% em 2015) do CDI.

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a Vencer	2016	2015	01/01/2015
<b>Fornecimento Industrial</b>				
Não Faturado	6.444	6.444	5.832	5.572
Arrecadação em Processo	-	-	-	-
Classificatório	(66)	(66)	(58)	(55)
<b>Total</b>	<b>6.378</b>	<b>6.378</b>	<b>5.774</b>	<b>5.517</b>

Os valores a receber não estão vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. DEPÓSITO JUDICIAIS

	2016	2015	01/01/2015
Trabalhistas	85	85	85
Depósito Judicial	32	32	32
Obrigações Fiscais			
PIS/COFINS	3.015	3.015	3.015
IRRF sobre Juros			
Sobre Capital Próprio	1.316	764	764
<b>TOTAL</b>	<b>4.448</b>	<b>3.896</b>	<b>3.896</b>

Os Depósitos Judiciais são referentes às contingências de obrigações fiscais onde se discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de tributos.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

a) Tributos Compensáveis

	2016	2015	01/01/2015
<b>Circulante</b>			
ICMS	81	60	65
<b>Não Circulante</b>			
ICMS	-	-	492
PASEP			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. PROVISÕES

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e 01 de janeiro de 2015, não há ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação da Companhia e de seus assessores jurídicos, para as quais seria necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial:

- RS485 (RS441 em 2015 e RS509 em 01 de janeiro de 2015) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL no período de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- RS139 (RS127 em 2015 e RS123 em 01 de janeiro de 2015) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (COFINS) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- RS410 (RS287 em 2015 e RS233 em 01 de janeiro de 2015) referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso e adicional de periculosidade;
- RS53 (RS44 em 2015 e sem saldo em 01 de janeiro de 2015) referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais

	2016	2015	01/01/2015
<b>Circulante</b>			
PASEP.....	149	39	56
COFINS.....	698	183	258
ICMS.....	1.417	1.280	1.224
INSS.....	36	161	32
Outros.....	748	155	86
	<b>3.048</b>	<b>1.818</b>	<b>1.656</b>
<b>Não Circulante</b>			
PASEP.....	538	538	538
COFINS.....	2.477	2.477	2.477
	<b>3.015</b>	<b>3.015</b>	<b>3.015</b>
<b>Total</b>	<b>6.037</b>	<b>4.833</b>	<b>4.671</b>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015	01/01/2015
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda.....	8.493	2.221	1.872
Contribuição Social.....	2.920	648	492
<b>Total</b>	<b>11.413</b>	<b>2.869</b>	<b>2.364</b>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	2016	2015	01/01/2015
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>			
Tributos com Exigibilidade Suspensa.....	754	754	754
Outros.....	48	91	45
	<b>802</b>	<b>845</b>	<b>799</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>			
Custo Atribuído.....	(22.795)	(23.852)	(24.922)
	<b>(22.795)</b>	<b>(23.852)</b>	<b>(24.922)</b>
<b>Total do Passivo Líquido</b>	<b>(21.993)</b>	<b>(23.007)</b>	<b>(24.123)</b>

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	(23.007)	(24.123)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados.....	1.014	1.116
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	<b>(21.993)</b>	<b>(23.007)</b>

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 15%) mais adicional de 10% (RS240) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2016	2015
Lucro Antes dos Impostos.....	47.213	19.114
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal.....	(16.052)	(6.498)
Juros Sobre Capital Próprio.....	1.331	986
Contribuições e Doações Indedutíveis.....	(65)	–
Incentivos fiscais.....	281	127
Outros.....	203	(7)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva</b>	<b>(14.302)</b>	<b>(5.392)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>30,29%</b>	<b>28,21%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(15.316)</b>	<b>(6.508)</b>
<b>Diferido</b>	<b>1.014</b>	<b>1.116</b>

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irrevogável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2016	2015	01/01/2015
<b>Circulante</b>			
Reserva Global de Reversão - RGR.....	2.336	2.061	116
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.....	20	30	22
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME.....	21	19	19
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	508	280	299
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	519	518	412
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.....	42	38	38
	<b>3.446</b>	<b>2.946</b>	<b>906</b>
<b>Não Circulante</b>			
Reserva Global de Reversão - RGR.....	1.390	2.887	3.990
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	908	617	399
	<b>2.298</b>	<b>3.504</b>	<b>4.389</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.744</b>	<b>6.450</b>	<b>5.295</b>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015	01/01/2015
<b>Reservas de Lucros</b>			
Reserva Legal.....	7.367	7.367	7.367
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	18.631	8.897	10.187
	<b>25.998</b>	<b>16.264</b>	<b>17.554</b>

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2016, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

A Companhia registrou na Conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$18.631 que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

b) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

Destinação do Resultado de 2016 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício no montante de R\$32.732, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.053 referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- RS3.915 referentes a juros sobre capital próprio, pagos a título de dividendos mínimos obrigatórios;
- RS12.239 referentes a dividendos intermediários; e,
- RS18.631 para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício.....	32.732	13.722
Realização do custo atribuído.....	2.053	2.074
Resultado do Exercício ajustado.....	34.785	15.796
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25% do Resultado do Exercício Ajustado.....	8.696	3.949
<b>Dividendos Propostos</b>		
Juros sobre Capital Próprio, pagos a título de Dividendos Mínimos Obrigatórios.....	3.915	2.899
Dividendos Intermediários.....	12.239	4.000
Dividendos Adicionais Propostos.....	18.631	8.897
<b>Total dos Dividendos Propostos</b>	<b>34.785</b>	<b>15.796</b>
<b>Valor Líquido excedente aos Dividendos Mínimos Obrigatórios</b>	<b>26.089</b>	<b>11.847</b>

15. RECEITA

	2016	2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a).....	94.409	85.295
Deduções à Receita Operacional (b).....	(29.157)	(27.098)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>65.252</b>	<b>58.197</b>

c) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (Não auditado)		RS	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento Faturado.....	473.204	471.897	93.558	85.034
Fornecimento – Não Faturado.....	–	–	612	261
Transações com Energia na CCEE.....	–	–	239	–
<b>Total</b>	<b>473.204</b>	<b>471.897</b>	<b>94.409</b>	<b>85.295</b>

O contrato de Compra e Venda de Energia assinado com a Aperam Inox América do Sul S.A prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

a) Deduções à Receita Operacional

	2016	2015
COFINS.....	7.175	6.482
PASEP.....	1.558	1.407
ICMS.....	16.841	15.306
Reserva Global de Reversão – RGR.....	1.082	1.790
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.....	652	582
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.....	299	310
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	1.550	1.220
<b>TOTAL</b>	<b>29.157</b>	<b>27.098</b>

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Pessoal (a).....	1.845	1.501
Materiais.....	514	368
Serviços de Terceiros (b).....	5.473	3.239
Energia Elétrica Comprada para Revenda*.....	8.091	30.970
Depreciação.....	5.542	5.527
Seguros.....	57	47
Outras.....	440	225
<b>TOTAL</b>	<b>21.962</b>	<b>41.877</b>

\* Redução devido à redução do Preço de Liquidação de Diferença (PLD).

a) Pessoal

	2016	2015
Remuneração.....	870	819
Encargos.....	464	310
Previdência privada.....	80	51
Participação nos Lucros e Resultados - PLR.....	177	139
Outros benefícios.....	254	182
	<b>1.845</b>	<b>1.501</b>

b) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos.....	3.835	1.774
Meio Ambiente.....	135	103
Conservação e Limpeza de Prédios e Vila de Operadores.....	699	627
Manutenção e Conservação de Veículos.....	141	117
Vigilância.....	178	174
Outros.....	485	444
	<b>5.473</b>	<b>3.239</b>

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro.....	3.636	3.035
Variação monetária Depósito Judicial.....	552	–
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras.....	(196)	(74)
Outras Receitas Financeiras.....	22	5
	<b>4.014</b>	<b>2.966</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variação Monetária.....	(32)	(92)
Outras Despesas Financeiras.....	(59)	(80)
	<b>(91)</b>	<b>(172)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3.923</b>	<b>2.794</b>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Passivo		Despesa	
	2016	2015	2016	2015
<b>Empresas</b>				
<b>Controlador CEMIG</b>				
<b>Circulante</b>				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.....	3.328	2.464	–	–
<b>Outras partes relacionadas Cemig GT</b>				
<b>Circulante</b>				
Prestação de Serviços (1).....	88	–	(1.970)	(1.150)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Sá Carvalho aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no Fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas correspondentes à participação na Companhia no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.907.799/0001-92  
Belo Horizonte - MG

Sá Carvalho S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
				Sá Carvalho 1,04%	Sá Carvalho 0,53%	Sá Carvalho 1,18%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	60	60	130
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	-	264	589
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	114	57	126
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	-	-	250
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	542	285	-
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	115	-
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	144	-
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	105	53	119
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	-	-	59
Brasorte	Debêntures	108% do CDI	22/06/2016	-	15	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	103	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	97	-	-
				<b>1.021</b>	<b>993</b>	<b>1.273</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

#### 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores, Concessionárias e Permissórias, Depósitos Judiciais e Fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Consumidores, Concessionárias e Permissórias e Depósitos Judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa -				
Aplicações Financeiras	6.205	6.205	1.218	1.218
Consumidores, Concessionárias e Permissórias	6.378	6.378	5.774	5.774
Depósitos Judiciais	4.448	4.448	3.896	3.896
	<b>17.031</b>	<b>17.031</b>	<b>10.888</b>	<b>10.888</b>
<b>Mantidos até vencimento</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	665	665	124	122
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	13.582	13.582	6.002	6.002
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Fornecedores	8.814	8.814	7.670	7.670

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo em 2016 e 2015.

#### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seu único cliente é considerado baixo.

#### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações comprometidas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	Total
- Pré-fixadas		
Fornecedores	8.814	8.814
<b>TOTAL</b>	<b>8.814</b>	<b>8.814</b>

#### 20. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
	Saldo em 2016	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos			
Bancários - CDBs	435	-	435
Letras Financeiras - Bancos (LFS)	9.618	-	9.618
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.563	2.563	-
Debêntures	966	-	966
	<b>13.582</b>	<b>2.563</b>	<b>11.019</b>

#### 21. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2017, na importância segurada de R\$44.944, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados, dado sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*****			
Márcio José Peres Diretor		Franklin Moreira Gonçalves Diretor	
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140		Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade CRC-MG 85.260	

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sá Carvalho S.A.  
Belo Horizonte - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

##### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7 às demonstrações financeiras, em decorrência de erro na apuração da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado com base no custo atribuído, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos ao ativo, passivo e demonstração das mutações do patrimônio líquido, referentes ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não

abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2017.

**Deloitte.**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC-IMG 089.422/O-0